



F a c u l d a d e
Albert Einstein

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa com
ênfase em Produção Textual**

Eliane de Miranda Rodrigues Bacelar

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO FALAR BRASILEIRO

Brasília

2009

ELIANE DE MIRANDA RODRIGUES BACELAR

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO FALAR BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Albert Einstein, em cumprimento parcial às exigências do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa com ênfase em Produção Textual, para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Mestre Helena Roriz Taveira

Brasília

2009

AS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO FALAR BRASILEIRO

“Nenhuma língua permanece a mesma em todo o seu domínio e, ainda num só local, apresenta um sem-número de diferenciações. (...) Mas essas variedades de ordem geográfica, de ordem social e até individual, pois cada um procura utilizar o sistema idiomático da forma que melhor lhe exprime o gosto e o pensamento, não prejudicam a unidade superior da língua, nem a consciência que têm os que a falam diversamente de se servirem de um mesmo instrumento de comunicação, de manifestação e de emoção.” (Celso Cunha)

Resumo

O Português brasileiro, termo utilizado para classificar a variedade da língua portuguesa falada pelos mais de 191 milhões de brasileiros que vivem dentro e fora do Brasil, experimenta, a todo tempo, o fenômeno da variação linguística. No Brasil, a língua portuguesa apresenta essa diversidade da língua, que está relacionada aos mais diversos fatores de origem histórica, social, estilístico, cultural e geográfica. O propósito do presente trabalho de pesquisa é o breve estudo da multiformidade da língua, especificamente quanto ao português falado no Brasil, suas variações linguísticas, abordando as características e particularidades dos dialetos regionais, a contribuição do processo de colonização do país na variação da língua, a proposta de Antenor de Nascentes sobre a divisão dos falares brasileiros e a influência dos aspectos socioculturais e estilísticos presentes nos traços desse falar. Também será apresentado o conceito de variação linguística, que está estreitamente relacionado ao de língua, falar e dialeto, suas principais diferenças, bem como serão vistas as primeiras manifestações de natureza dialetal ocorridas no Brasil e a preocupação da Dialectologia na criação de atlas linguísticos regionais e nacional.

Palavras-chave: variação linguística; falar brasileiro; dialetos.

Abstract

The Brazilian Portuguese, a term used to classify the Brazilian variety of the Portuguese language spoken by the more than 191 million Brazilians who live in or outside Brazil, experiments, all the time, the linguistic variation phenomenon. In Brazil, the Portuguese language presents this language diversity, which is related to various factors of historic, social, stylistic, cultural and geographic origin. The purpose of this research work is to present a brief study of the multiformity of the language, specifically the Portuguese spoken in Brazil, its linguistic variations, addressing the characteristics and particularities of the regional dialects, the contribution of the colonization process of the country in the language variation, the proposition of Antenor de Nascentes about the division of the Brazilian speaking forms and the influence of the sociocultural and stylistic aspects presented in the character of these forms. It also presents the concept of linguistic variation, which is closely related to the concept of language, speaking and dialect, their main differences, as well as the first manifestations of dialectal nature occurred in Brazil and the concern of Dialectology in the creation of regional and national linguistic atlases.

Keywords: linguistic variation; Brazilian speaking; dialects.

I Sobre variação linguística

A língua portuguesa, como todas as línguas do mundo, não se apresenta de maneira uniforme no território brasileiro.

O processo de variação linguística ocorre em todos os níveis de funcionamento da linguagem, sendo mais perceptível na pronúncia e no vocabulário.

De acordo com Silvia Figueiredo Brandão (1991), ao falar, um indivíduo transmite, além da mensagem contida em seu discurso, uma série de dados que permite a um interlocutor atento não só depreender seu estilo pessoal – seu idioleto, mas também filiá-lo a um determinado grupo.

A entonação, a pronúncia, a escolha vocabular, a preferência por determinadas construções frasais, os mecanismos morfológicos que lhe são peculiares podem servir de índices que identifiquem o país ou a região de que se origina, o grupo social de que faz parte (seu grau de instrução, sua faixa etária, seu nível socioeconômico, sua atividade profissional), e a situação (formal ou informal) em que se encontra.

Se alguém afirmasse “Estes gajos que estão a esperar o elétrico são uns gandulos”, não se hesitaria em classificá-lo como falante de língua portuguesa, em sua variante lusa, que se estaria expressando na modalidade coloquial distensa.

Se, por outro lado, se ouvisse “Se abanquem, se abanquem, tchê!” saber-se-ia que se tratava de um falante de língua portuguesa, em sua variante brasileira, natural do sul do país, que também se expressou na modalidade coloquial distensa.

Na verdade, uma língua histórica, de cultura – como a língua portuguesa –, é um diassistema, isto é, um supersistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la, global ou parcialmente.

A consciência dessa variação não é recente. Já os gregos – de quem proveio a noção de dialeto – distinguiam quatro variantes regionais de sua língua – o eólico, o

jônico, o dórico e o ático. E, a partir do século IV a.C., adotaram, com base neste último, a *koiné dialektos*, ou “língua comum”, como meio de intercomunicação.

Também entre os romanos – cuja sociedade era extremamente estratificada – encontram-se menções à variedade de natureza social. A linguagem corrente – como testemunham alguns escritos latinos – recebia subclassificações, como *sermo urbanus*, *sermo plebeius*, *sermo rusticus*.

O fenômeno da variação linguística se torna mais complexo porque os níveis não se apresentam de maneira estanque, eles se superpõem.

No nível fonológico, por exemplo, o “l” final de sílaba é pronunciado como consoante pelos gaúchos, enquanto em que todo o restante do Brasil é vocalizado, ou seja, pronunciado como um “u”. Há, também, o “r” caipira do paulista e o “s” chiado do carioca.

No tocante ao nível morfosintático, muitas vezes, por analogia, algumas pessoas conjugam verbos irregulares como se fossem regulares: “manteu” em vez de “manteve”, “ansio” em vez de “anseio”. Certos segmentos sociais não realizam a concordância entre sujeito e verbo, e isto ocorre com mais frequência se o sujeito está posposto ao verbo. Há ainda variedade em termos de regência: “eu lhe via” em vez de “eu o vi”.

Já quanto ao nível vocabular, algumas palavras são empregadas em um sentido específico de acordo com a localidade. Por exemplo, em Portugal, diz-se “miúdo”, ao passo que no Brasil usa-se “moleque”, “garoto”, “menino”, “guri”. As gírias são, tipicamente, um processo de variação vocabular.

Ao se discorrer sobre geografia linguística, é de bom alvitre mencionar conceitos fundamentais como os de língua, dialeto e falar.

Segundo Manuel Alvar (1968) – um dos mais eminentes dialectólogos da atualidade – **língua** é o:

“sistema linguístico de que se utiliza uma comunidade falante e que se caracteriza por ser grandemente diferenciado, por possuir alto grau de nivelação, por ser veículo de importante tradição literária e, às vezes, por ter-se imposto a sistemas linguísticos de sua própria origem”.

Já **dialeto** pressupõe um “sistema divergente de uma língua comum, viva ou desaparecida, normalmente com uma concreta limitação geográfica, mas sem forte diferenciação frente a outros de origem comum”.

Ao conceituar **falar**, distingue os falares regionais em relação aos falares locais. Os primeiros caracterizam-se por serem as peculiaridades expressivas próprias de uma região determinada, que carecem da coerência interna que possui o dialeto. São, portanto, peculiaridades regionais da língua comum. Os segundos constituem: “estruturas linguísticas de traços pouco diferenciados, mas com matizes característicos dentro da estrutura regional a que pertencem e cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas, normalmente de caráter administrativo”.

Embora Alvar tenha procurado definir, com rigor, tais variantes diatópicas, na prática, há uma forte tendência a empregar-se o termo **dialeto** em sentido mais amplo, isto é, o de considerar-se dialeto como sendo qualquer variedade linguística – quer de natureza geográfica, quer de cunho social – que se constitua um subsistema singular, unitário.

Isso significa que se pode denominar de “dialetos” tanto a variedade falada numa região do país quanto as usadas por cada um dos segmentos que constituem a população que ali vive, desde que se determinem os traços que as particularizam.

II Variações linguísticas no falar brasileiro: aspectos históricos

Como se sabe, a sociedade brasileira se constituiu mediante processo de grande contradição social, em que conviveram classes privilegiadas e classes fortemente exploradas. Linguisticamente tal processo se manifestou pela frequente cisão dessa sociedade em grupos lusófonos (falantes do português), de início minoritários, e grupos falantes de mesclas linguísticas ou variantes crioulas do português.

Aduz Paulo Bearzoti Filho (2002) que, distantes geograficamente, é natural que o português do Brasil e o de Portugal apresentem, desde o Período Colonial, traços

linguísticos que os particularizem. Não é simples, porém, determinar em que momento isso passou a ocorrer mais fortemente.

Os primeiros colonos que para o Brasil vieram (século XVI, principalmente) passaram quase sempre por um processo de “indianização”, dada a precariedade da estrutura colonial do período. A partir, contudo, do final do século XVI ou início do século XVII, nas áreas centrais da Colônia (Bahia e Pernambuco), houve núcleos de colonização que não se indianizavam, ao menos não intensamente.

Esses novos colonos sentiam-se como “exilados”, e não como brasileiros. Procuravam manter o mais possível a cultura europeia, evitando as influências tropicais. Linguisticamente, essa postura parece ter desenvolvido uma norma conservadora, que manteria o falar brasileiro relativamente infenso às inovações que se processavam em Portugal.

A situação da maioria da população era evidentemente diversa. Em decorrência do contato forçado de populações falantes de línguas muitas vezes bastante diferentes, as mesclas linguísticas dominavam a comunicação dos escravos, dos povos indígenas assimilados à sociedade colonial e da população rural pobre. Além disso, não havia universidades nem imprensa.

A realidade linguística brasileira apresentava, e de certo modo ainda apresenta, o fenômeno denominado **diglossia**. Em termos bastante gerais, esta seria uma espécie de **bilinguismo social**, em que há forte diferenciação entre a língua praticada pela elite e a utilizada na comunicação popular, sendo que apenas a primeira tem acesso à escrita e à transmissão escolar.

Em síntese, a realidade linguística brasileira se formou sob a égide da **diglossia**, ou seja, da grande contradição entre o português de cunho conservador da pequena elite colonial e as mesclas linguísticas ou o português crioulo da maioria da população.

A língua portuguesa encontrou rival no tupi, o qual, tornado língua geral, a ultrapassou, até o século XVIII, segundo Teodoro Sampaio (1954). Preocupados com a catequese, os padres escreviam a sua gramática e organizavam dicionários em tupi. Os bandeirantes também contribuíram batizando os acidentes geográficos e algumas localidades com vocábulos dessa procedência. O português sobressaiu e

tornou-se idioma nacional, o que não impediu que restassem vestígios do tupi no falar brasileiro. Dessa forma, o português falado no Brasil tem de providência indígena muitos nomes de lugares, utensílios, alimentos, flora e fauna, como, por exemplo, os vocábulos **Manhumirim**, **pororoca**, **Iracema**, **tatu**, **abacaxi**, entre outros.

No mesmo raciocínio, exemplificando vocábulos de providência árabe, citam-se **álcool**, **algarismo**, **café**, **oxalá**, **alfaiate**; de origem francesa, **abajur**, **champanhe**, **manchete**, **omelete**, **chique**, **garagem**; e, de origem inglesa, **clube**, **xampu**, **estresse**, **futebol**, **gol**, **short**.

Yonne Leite e Dinah Callou, na obra “Como falam os brasileiros”, discorrem que as propostas de descrição dialetal baseavam-se, de início, na introspecção da própria fala ou em impressões assistemáticas e generalistas, sob a forma monográfica. Tentativas de caracterizar o falar brasileiro padrão por meio de uma “média aritmética” que correspondesse ao tipo de pronúncia majoritária no Brasil, sem incorrer no equívoco de comparar contingentes populacionais diferenciados, social e regionalmente, e opor a variante popular de determinada região à variante culta de outra região não tiveram continuidade.

A partir da década de 1960, surgem os atlas linguísticos que incidem apenas sobre a linguagem popular e umas poucas áreas do território nacional.

Trabalhos com metodologia quantitativa rigorosa só tiveram início, no Brasil, a partir da década de 1970, com a utilização de programas computacionais de análise variacionista. Pôde-se daí confirmar que se contrapõem não só normas gerais distintas nas várias modalidades nacionais, mas também normas específicas internas em cada uma delas.

III Influência de fatores sociais e estilísticos na caracterização do falar brasileiro

O Brasil, em decorrência do processo de povoamento e colonização a que foi submetido, bem como das condições em que se deu sua independência política e seu posterior desenvolvimento, apresenta grandes contrastes regionais e sociais, estes últimos perceptíveis mesmo em grandes centros urbanos, em cuja periferia se concentram comunidades mantidas à margem do progresso (Sílvia Brandão, 1991).

A variação da língua está relacionada a fatores sociais como etnia, sexo, faixa etária, grau de escolaridade e grupo profissional.

Segundo Silvia Brandão (1991), para a realização de um retrato fiel da população brasileira, seria necessário colocar lado a lado: executivos de grandes empresas; técnicos que manipulam, com desenvoltura, o computador; operários de pequenas, médias e grandes indústrias; vaqueiros isolados em latifúndios; cortadores de cana; pescadores artesanais; plantadores de mandioca em humildes roças; pombeiros que comerciam pelo sertão; indígenas aculturados.

Os estudos que enfocam a relação entre língua e fatores sociais têm enfatizado a variação morfossintática ou a morfo-fonológica.

De acordo com Ramos (1998), na comunidade belorizontina, por exemplo, a forma reduzida do pronome pessoal de 3ª pessoa **ele** para “eis” e “es” ocorre com maior frequência e é, portanto, favorecida na fala das pessoas de baixa escolaridade, isto é, que têm apenas o 1º grau.

Em linguagem, o que cientificamente pode ser considerado **erro** são formas ou construções que travam a comunicação, que a impedem, em termos fonético, morfológico, sintático, semântico e/ou pragmático, por fugirem à regularidade natural de uso dessa língua dentro da comunidade de falantes, ou seja, conforme cada dialeto.

A variação linguística de ordem social atrela-se ao campo de estudo da Sociolinguística. Para uma efetivação do estudo da variação linguística é preciso aliar a Dialetologia à Sociolinguística, pois as variações ocorrem também com relação ao nível social do falante. Teyssier (1997) revela que as diferenças são maiores entre o falar de cultos e analfabetos do que entre um baiano e um paulista, por exemplo.

Já Paulo Bearzoti Filho (2002) afirma que a distância existente hoje entre a língua da elite e a língua do povo é menor do que a que havia no Período Colonial e no Imperial. E isso por dois motivos contraditórios e complementares: o primeiro porque a língua das classes pobres aproximou-se do padrão, devido à maior escolarização e urbanização; o segundo porque a língua da elite tornou-se mais popular, graças à democratização da vida social, ao Modernismo, à ascensão e à mobilidade social.

Os meios de comunicação, inclusive, atuam nos dois sentidos. A linguagem das telenovelas, por exemplo, representa para as classes de baixa escolaridade um processo de “aprendizado” da norma culta. Em geral, a fala dos personagens românticos das novelas é menos marcada socialmente que a do público pobre que assiste a elas. Por outro lado, trata-se, salvo exceções, como as novelas de época, de uma linguagem informal, mais coloquial que a da escrita, o que faz que nela se façam presentes inúmeras construções tidas como “inadequadas à norma culta”. Dessa forma, a linguagem das novelas ao mesmo tempo aproxima da norma a fala popular e faz incorporar traços populares à norma culta informal.

No português falado no Brasil verifica-se uma flexibilização das normas de concordância oriunda de um processo natural de transformação da língua portuguesa, que poderia ser derivado desde sua origem latina. Hipoteticamente poderia ele ser mais bem explicado pela ação de fatores externos, em especial a influência de variantes *pidgins* e crioulas de base portuguesa tão comuns na história do Brasil (Paulo Bearzoti Filho, 2002).

Coube ao grande linguista brasileiro Fernando Tarallo, precocemente falecido em 1990 aos 40 anos, divulgar e fundamentar teses segundo as quais o português do Brasil, desde fins do século XIX, apresentaria características estruturais que o estaria distanciando da variante europeia.

Há séculos o português brasileiro emprega o tratamento “você” em substituição a “tu”. Os fatores sociais que determinaram essa mudança são incertos. Talvez se relacione ao fato de que a pequena elite colonial praticasse um português conservador e, por isso, com maior tendência à formalidade. Note-se que, na origem, o tratamento “você” é muito mais cerimonioso que “tu”. Como ensina o linguista paranaense Carlos Alberto Faraco, “Vossa Mercê” foi, no século XIII, utilizado em referência ao rei de Portugal.

Seja como for, essa tendência é hoje dominante no Brasil, não obstante certas variantes regionais não desprezíveis ainda se valerem de “tu” como tratamento coloquial.

Destaque-se que a variação estilística se faz presente na expressividade individual de uma língua e considera um mesmo indivíduo em diferentes situações

de comunicação: se está em ambiente familiar, profissional, o grau de intimidade, o tipo de assunto tratado e quem são seus receptores.

Muitos são os fatores que direcionam a escolha da variação específica para cada ocasião. Uma pessoa pertencente a um grupo profissional, quando desenvolve um léxico altamente especializado, é em certas ocasiões, inacessível aos leigos. Isso ocorre no momento em que uma pessoa de baixa escolaridade ouve um diagnóstico médico (feito na nomenclatura específica, contudo fora do conhecimento do ouvinte); ou, por exemplo, em um parecer judicial quando o juiz, promotor ou o advogado expõem os fatos analisados para um júri, que, apesar de ter uma escolaridade média, não consegue compreender o contexto da narração devido aos inúmeros termos em latim e ao vocabulário por vezes rebuscado.

As variações provocadas pelos fatores geográfico e histórico tendem a perpassar pelos falantes sem que eles percebam a ocorrência das mudanças na língua. Talvez porque sejam tênues para o indivíduo enquanto as emprega na comunicação, já que as mudanças ocorridas por esses fatores são lentas e gradativas.

Segundo Le Page (1980), um falante cria suas regras linguísticas de modo a se aproximar dos membros do grupo com o qual ele deseja identificar-se, no momento do enunciado de cada ato de fala. Por isso cada ato de fala é visto como um ato de identidade. Ao fazer isso, porém, o falante é limitado por, pelo menos, quatro condições restritivas: sua capacidade de identificar o grupo modelo; seu acesso a esse grupo e habilidade de reproduzir as regras; o peso de várias e possivelmente conflitantes motivações e, finalmente, a capacidade de modificar seu próprio comportamento.

Observe-se a linguagem dos internautas. As comunidades da Internet, ao criarem uma linguagem peculiar, acabam por criar uma sociedade linguística restrita com suas especificidades próprias como a ausência de pontuação e de acentuação gráfica, e, no processo de redução das palavras e orações, a criação de abreviaturas não reconhecidas pela norma culta da língua.

Em outras palavras, a rede da Internet inaugura uma nova forma de escrita, caracterizada por tipologias textuais que, conseqüentemente, pede novas formas de leitura e escrita, que trazem uma outra dimensão para os papéis de autor e leitor.

Dessarte, existe uma intencionalidade de se criar uma variação própria para a particularização do usuário da língua, característica essa bastante presente na cultura do povo brasileiro.

IV Variação geográfica da língua no Brasil

A primeira manifestação de natureza dialetal a ocorrer no Brasil foi por Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que escreveu em 1826, um capítulo para o livro *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*, em que mostra características da Língua Portuguesa falada no Brasil. (Revista Letra Magna, 2006)

Entretanto, a variante rural do português brasileiro foi pioneiramente estudada por Amadeu Amaral, em *O dialeto caipira* (1920). Conforme observou Paulo Bearzoti Filho (2002), o termo “dialeto” é usado por seu apelo geográfico, mas não se aplica à variante de uma região em oposição a outra, mas ao conjunto dos falares rurais considerados em oposição ao conjunto dos falares urbanos, supondo-se aqui, a oposição entre duas unidades, uma vez que não seriam significativas as diferenças do interior de cada conjunto. Haveria, simultaneamente, grande homogeneidade entre os falares urbanos, de um lado, e os falares rurais, de outro.

Segundo o filólogo Gladstone Chaves de Melo, o português caipira teria se originado quando se fundiram, ou se confundiram, falares crioulos da base tupi e africana em certos pontos do território nacional, sobretudo na região da cidade de São Paulo. Para o autor, ali se estabeleceu “um dialeto crioulo do tipo tupi-quimbundo, o qual, intensamente lusitanizado posteriormente, deu o dialeto caipira, que Amadeu Amaral tão bem estudou”. “Bandeiras” e movimentos populacionais semelhantes, oriundos de São Paulo, teriam então ampliado a área geográfica do falar caipira, que atingiu, assim, o Rio São Francisco e os sertões nordestinos. Para Chaves de Melo, esse é o processo histórico que explica “a notável unidade relativa” da linguagem popular no interior do Brasil.

A semelhança entre os falares urbanos, bem como sua semelhança maior com o falar do sul de Portugal, foi muitas vezes atribuída a um possível predomínio de migrantes portugueses daquela região.

Há, também, mesmo em nível culto, certa oposição entre os falares do norte e os do sul, que se dividiram, *grosso modo*, por uma linha que, vinda da costa, passasse no extremo sul da Bahia até o estado de Mato Grosso, divisa com a Bolívia.

De acordo com Paulo Bearzoti Filho, este é o quadro clássico da variação regional do português brasileiro, definido pelos eixos urbano-rural e norte-sul.

Em 1922, Antenor de Nascentes publica *O linguajar carioca*, no qual apresenta uma proposta sobre a divisão dos falares brasileiros que, segundo Ferreira e Cardoso (1994), em parte já foi confirmada, embora ainda não tenha sido totalmente testada.

No ano de 1952, foi criada pelo Decreto n. 30.643, de 20 de março, a Comissão da Casa Rui Barbosa, que tinha como seu objetivo principal a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil.

Naquela década, estudiosos reconheciam serem impróprias, no Brasil, as condições para a concretização de um projeto do porte da elaboração de um atlas linguístico nacional. Entre os fatores dificultadores, apresentavam as longas distâncias a serem percorridas, a falta de estradas, a falta de pesquisadores devidamente preparados e a dificuldade de financiamento.

Foi, então, que Nascentes publicou em dois volumes (1958-1961) as Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, nas quais aponta essas dificuldades e afirma ser mais apropriado o início da geografia linguística no Brasil com a feitura de atlas regionais.

Nascentes dividiu o falar brasileiro em seis subfalares – o amazônico, o nordestino, o baiano, o fluminense, o mineiro e o sulista –, os quais reuniu em dois grupos, chamados Norte e Sul.

Com a expressão de uma simples frase ou palavra é possível caracterizar as pessoas pertencentes a cada um desses grupos. Eles estão separados por uma

zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistantes dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até o Estado de Mato Grosso.

O falar do Norte e do Sul, para Antenor de Nascentes, apresenta traços diferenciadores fundamentais: a abertura das vogais pretônicas no Norte em palavras que não sejam diminutivos nem advérbios terminados em “mente”; a cadência do ritmo frasal, “cantada” no Norte, e normal ou descansada no Sul.

A variação se manifesta com maior evidência no léxico (vocabulário), nas realizações de determinados sons, com o “r”, “o”, “t” e no ritmo da fala, de maneira a distinguir áreas linguísticas e falares.

Também ocorre essa manifestação no nível semântico. Para denominar uma planta muito conhecida da família da euforbiáceas há diversas nomeações, de acordo com a região do país. Em Minas Gerais, é conhecida como mandioca; no Rio de Janeiro como aipim; e em Pernambuco como macaxeira.

Yonne Leite (2005) afirma que todo brasileiro é capaz de reconhecer, intuitivamente, um grande eixo divisório entre falares do Norte e falares do Sul: uma cadência do nortista e outra do sulista, vogais pretônicas abertas do nordestino e fechadas do sulista, o “s” sibilado do sulista em oposição ao chiante do carioca e o “r” rolado do gaúcho em oposição ao aspirado do carioca.

A linguagem televisiva usa e abusa desses traços singularizadores, acabando por caricaturar e igualar a fala de nordestinos e nortistas, baianos, pernambucanos, paraibanos ou cearenses, amazonenses ou paraenses. Merece menção o caso da pronúncia dental do “t” e do “d” antes do som “i” em palavras como “tipo”, “mentira”, “desde” e “ditado”. Considerada típica do falar nordestino – no qual, em geral, se inclui o falar baiano –, é exacerbada, em algumas novelas, na fala de um personagem nativo da cidade de Salvador ou do sul do estado da Bahia, sem atentar para o fato de que nessas áreas o “t” e o “d” são tão “tch” e “dj” como o de qualquer carioca.

Também a substituição de vogais fechadas por abertas, na composição de um tipo regional, não obedece aos condicionamentos naturais, chegando a criar

pronúncias improváveis em qualquer uma das regiões, tais como “m[è]tido”, “[è]spécie”, “v[ò]cês”, “s[ò]fria”.

Há uma dificuldade para estabelecer limites divisórios entre os falares brasileiros consistente no fato de raramente coincidirem limites administrativos com limites linguísticos e de haver faixas de interseção.

O falar baiano, por exemplo, na proposta de Antenor Nascentes, é intermediário entre os dois grupos que estabelece, o do norte e o do sul, e não se restringe ao estado da Bahia, invadindo parte de Sergipe, Minas Gerais e Goiás.

A variação dialetal não é apenas privativa dos níveis populares, mas de todos os níveis em que exista diferenciação, e os atlas linguísticos, com sua ênfase na fonética e no vocabulário, calcados apenas no falar de letrados, não poderiam, por si só, dar conta dessa imensa diversificação.

No Brasil, não há, necessariamente, uma coincidência entre o comportamento linguístico dos falares e de suas áreas geográficas respectivas: Recife, por exemplo, incluída na região Nordeste, aproxima-se, muitas vezes, mais de Porto Alegre que de Salvador. O Rio de Janeiro, cujo dialeto é considerado o padrão médio em relação aos falares brasileiros e é incluído, segundo Nascentes, entre os dialetos do Sul, apresenta realizações que ora o aproximam de Salvador e Recife, ora apenas de Recife. Os falares do Rio de Janeiro, portanto, ora se ligam aos falares do Sul, ora aos do Norte, ora ocupam uma posição intermediária.

Diante desse contexto de grande variação linguística, a ideia de que a Dialectologia deveria antes se preocupar com a elaboração de atlas regionais para, só depois, alçar voo a um projeto do porte do atlas nacional levou estudiosos à realização de alguns atlas, já publicados. São eles: Atlas Prévio dos Falares Baianos (1953); Esboço de um Atlas Linguístico Regional de Minas Gerais (1977); Atlas Linguístico da Paraíba (1984); Atlas Linguístico de Sergipe (1987); Atlas Linguístico do Paraná (1994); Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – Alers (2002); Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará – Alispa (2004). Os outros dois que ainda não foram publicados foram teses de doutorado defendidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro: Atlas Linguístico de Sergipe II (2002); Atlas Linguístico do Amazonas (2004).

Existem atualmente outros Atlas que se encontram em fase avançada e inicial de elaboração como o Atlas Linguístico do Ceará, o Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, o Atlas Linguístico do Rio de Janeiro, o Atlas Linguístico de São Paulo, o Atlas Linguístico do Acre, o Atlas Linguístico do Mato Grosso, o Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul, o Atlas Linguístico do Maranhão, o Atlas Linguístico do Espírito Santo e Atlas Linguístico do Rio de Janeiro, e, finalmente, o Atlas Linguístico do Brasil, em fase inicial de elaboração.

Conclusão

O presente estudo investigou de forma comedida as diversas variações do português falado no Brasil, considerando e exemplificando as alterações sofridas, pelos mais diversos fatores, contribuições da História do Brasil, da educação e cultura de seus povos e de idealizadores dos atlas linguísticos regionais do país.

No decorrer do texto, foi possível verificar que as variações linguísticas no falar brasileiro foram graduais desde o Período colonial até os dias atuais, e sofreram a influência do próprio processo de colonização, da diversidade cultural e linguística dos povos do Brasil, os fatores que direcionam a escolha da variação específica para cada ocasião e as particularidades dos falares regionais.

Em síntese, é possível afirmar que no Brasil não há, necessariamente, uma coincidência entre o comportamento linguístico dos falares e de suas áreas geográficas respectivas. A variação linguística está mais relacionada aos fatores sociais, como sexo, etnia, educação e cultura. O povo brasileiro é constituído de comunidades diferentes, que vivenciam experiências diferentes, refletindo isso, assim, nos respectivos sistemas linguísticos: léxico, morfológico e sintático.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer**. Londrina: Editora da UEL, 2005.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** 51 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BEARZOTI FILHO, Paulo. **Formação lingüística do Brasil.** São Paulo: Nova Didática, 2002.

BRANDÃO, S. **A geografia lingüística no Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa.** 12 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FERREIRA, Carlota da S. et **CARDOSO**, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1994.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa.** Versão multiusuário 1.0 –junho de 2003. Editora Objetiva Ltda.

LEITE, Yonne, **CALLOU**, Dinah. **Como falam os brasileiros.** 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005..

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos / Joaquim Martins Junior.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NASCENTES, Antenor. **Tesouro da Fraseologia Brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1966.

RAMOS, Jânia (1998). **História social do português brasileiro: perspectivas.** In CASTILHO, A. (org.) **Para uma história do português brasileiro**, SP: Humanitas.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____ (org.). **Fotografias sociolingüísticas.** Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

Nota

*Eliane de Miranda Rodrigues Bacelar

* Graduada em Letras pela UniCEUB – Pós-graduanda em Língua Portuguesa, com ênfase em produção de textos pela Faculdade Albert Einstein.